

Brasília, 29 de agosto de 2006.

Propostas para a 5ª Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul

Apresentação do Comitê

Criado em dezembro de 2005, tem a missão de promover a prevalência dos direitos humanos na política externa brasileira, em respeito ao Artigo 4º inciso II de nossa Constituição Federal, além de primar pelo fortalecimento da participação cidadã no controle social desta política. Entre os compromissos assumidos pelo Comitê está o acompanhamento do processo de tomada de decisões da política externa brasileira.

Atualmente o Comitê desenvolve atividades em três grupos de trabalho específicos, sendo um deles o GT Mercosul.

A primeira atividade deste grupo de trabalho foi realizada no dia de ontem: **Seminário Participação em Política Externa e Direitos Humanos no Mercosul**, que contou com a presença de representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos e do Ministério das Relações Exteriores, para os quais registramos nossos sinceros agradecimentos. O seminário teve dois objetivos centrais, quais sejam: a) reflexão sobre o espaço ocupado pelos direitos humanos nos processos decisórios do bloco e a b) análise das possibilidades de participação cidadã na política externa dos países do Mercosul.

No âmbito desta 5ª RAADDHH o Comitê vem oferecer subsídios que favoreçam a ação coordenada dos países do bloco em prol dos direitos humanos neste espaço de concertação política.

Fazem parte do Comitê 18 entidades da sociedade civil e do poder público, inclusive do Congresso Nacional, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério da Saúde. Vale ressaltar que apóiam desde o início essa iniciativa o Ministério de Relações Exteriores e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, cujo o diálogo tem se mostrado sempre aberto e construtivo.

Propostas

- Um tema crucial para as organizações da sociedade civil no âmbito do Mercosul é o da **participação cidadã e o acesso à informação**, sabendo que não há participação qualificada e propositiva sem pleno acesso à informação. Embora este espaço seja ainda bastante reduzido, vemos com satisfação a abertura gradual para a contribuição das entidades da sociedade civil como o já tradicional espaço de diálogo durante as RAADDHHs. Neste sentido, **o Comitê conclama as Altas Autoridades presentes para que realizem gestões que garantam a retomada e aprovação da proposta denominada Participação Cidadã no Mercosul**, apresentada na 29ª Reunião Ordinária do Conselho de Mercado Comum (anexo VIII da ata da XXIX CMC) em dezembro de 2005 que derroga as normas restritivas à participação e ao acesso à informação (Artigo 16

da Decisão CMC No. 59/00, Artigos 26 a 29 da Decisão CMC No. 04/91 e a Resolução GMC No. 08/05).

- Desde a 2ª RAADDHH observa-se a intenção clara dos Estados-parte de realizar **intercâmbio acerca de informações referentes aos Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos – PNEDHs**. Ao mesmo tempo, foi apresentada na 4ª RAADDHH a proposta de criação de um **Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos** para o Mercosul. Nesta mesma direção, **o Comitê sugere o estabelecimento de um Centro de Referência em Educação em Direitos Humanos**, vinculado a este instituto, com o objetivo de estimular o intercâmbio de análises acerca dos PNEDHs, além de oferecer um espaço qualificado de discussão desta política.
- Durante as atividades da 3ª RAADDHH, consensuou-se sobre a necessidade de **instauração de mecanismos de coordenação entre as missões dos Estados-parte do Mercosul em Nova Iorque, Genebra e Washington**, frente especialmente à ONU e à OEA. Em todas as reuniões foi tratado o tema da coordenação de ações em órgãos multilaterais de direitos humanos. **O Comitê vê esta movimentação positivamente**, especialmente pelo fato de envolver as Altas Autoridades em direitos humanos aqui reunidas na formulação das políticas externas em direitos humanos dos países da região. Sobre este tema, consideramos apropriado que as delegações dos países do Mercosul, apoiadoras que foram do processo de criação do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, **atuem ativamente na consolidação deste novo Conselho**, iniciada após sua primeira sessão inaugural em junho de 2006. Faz parte desta consolidação o estabelecimento do mecanismo de revisão periódica universal (UPR), cuja próxima etapa terá início em 7 de setembro de 2006 em Genebra. Nesta concertação, **é essencial que o UPR seja um mecanismo universal, independente, transparente, que consiga livrar o Conselho da herança da seletividade e politização excessiva que marcava a extinta Comissão de Direitos Humanos**.

Com relação à OEA, o Comitê registra a **urgência da aprovação da Convenção Interamericana de Combate ao Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas**.

Entidades que compõem o Comitê (por ordem alfabética):

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal; Centro de Estudos em Direitos Humanos – UniEuro; Comunidade Bahá'í do Brasil; Conectas Direitos Humanos; Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos - FENDH; Fundação Friedrich Ebert; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase; Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH; Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH; Instituto de Estudos Sócio-econômicos – INESC; Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH; Justiça Global; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (Ministério Público Federal); Programa Nacional de DST/AIDS (Ministério da Saúde); União Nacional dos Analistas e Técnicos em Finanças e Controle – UNACON.

Contatos GT Mercosul, Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa

Camila Lissa Asano, Conectas Direitos Humanos

camila.asano@conectas.org, 11 3884-7440

Mary Caetana Aune, Comunidade Bahá'í do Brasil

secext@bahai.org.br, 61 3364 3594